Patrimónios históricos e culturais da região da Beira: Legados e luminâncias de Rio Torto

Helena Maria da Silva Santana[1]
& Maria do Rosário da Silva Santana[2]

Introdução

Quando nos concedem a possibilidade viajar, presenteiam-nos também com a possibilidade de construir um conhecimento que se consubstancia nos elementos adquiridos ao longo dessa jornada, nos caminhos nela percorridos e, sobretudo, no saber granjeado no ato de visitar. Quando o destino de viagem é um lugar a nós desconhecido, a tarefa torna-se mais excitante, pois o ignoto é sempre instigante, propício a descobertas, estimulando e acicatando inevitavelmente a nossa curiosidade. O desconhecimento dos espaços e geografias do caminho, da sua cultura e tradição, dos seus rituais e ritos, assim como da componente primordial desse mesmo espaço, a sua gente, é autêntico. A perceção dessa realidade indicia-nos uma dimensão de empreitada importante, antecipando-se o encontro com os seus lugares de vivência, os seus rituais, ritos e tradições, uma possibilidade de nos confrontarmos com outros estímulos, que, sendo para nós desconhecidos, nos acicatam identicamente a intromissão. Anónimos que são, possuidores de formas de ser e estar desiguais, os seus habitantes decidem-se, logo à partida, a nos informar e transformar, indelevelmente. Porque o desejam, tornam-nos mais próximos dos seus modos de ser e estar integrando-nos, paulatinamente, nos seus espaços de vivência, de história, cultura e arte. Assumindo-se a viagem, construindo-se o caminho e, passo a passo, caminhando, aos poucos vemo-nos mais próximos do lugar de destino, Rio Torto, e alvo da transformação decorrente do passar do tempo e da viagem. Quando confrontados que somos com o derradeiro motivo e objetivo da viagem, descobrir a riqueza patrimonial desta povoação da região das Beiras, localizada num dos sopés da Serra da

1 hsantana@ua.pt
2 rosariosantana@ipg.pt

Estrela, e mostrar os elementos que constituem o legado do seu património histórico e cultural, mais recetivos e sossegados ficamos, pois que de possibilidades se forma a viagem a cada tempo, espaço, pessoa e lugar. Neste pequeno contributo que agora oferecemos à leitura, pretendemos enaltecer o património que encontrámos, um património que constitui um legado às gerações futuras e que, na robustez da sua proeminência e significado, se apresenta inquestionável no seu valor a nível histórico e cultural, social, ritual e humano, despontando dele a riqueza e capacidade das gentes deste lugar.

1. Patrimónios históricos e culturais da região da Beira

A povoação de Rio Torto situa-se na região da Beira Alta, no concelho de Gouveia, distrito da Guarda. Posicionando-se geograficamente num dos sopés da Serra da Estrela, não podemos ficar indiferentes a este facto, pois cada região aufere condições exclusivas à permanência humana. Nas particularidades do seu território e, sobretudo, das possibilidades que sobressaem de um modo de ser e fazer das suas gentes, emerge o conjunto do património histórico e cultural que vamos identificando ao longo da região, e que nos faz perceber uma riqueza latente. Chegados que somos num primeiro momento à região de Gouveia, e em seguida, à povoação de Rio Torto, vemo-nos confrontados inevitavelmente com o espaço vivencial das suas gentes, identificando, num rasgo de olhar, diversos elementos que nos informam de uma longínqua presença do homem neste local. As características arquitetónicas que sobressaem das suas casas e ruas, dos seus campos e espaços de interação social, a localização e dimensão das suas igrejas e capelas, denunciadoras de uma prática de rituais e ritos, festas e tradições, revelam-nos, também elas, a singularidade do espaço em que arribámos. Contudo, temos consciência que o limite da perceção do olhar influi no relato, destapando o jogo de observações e ocultações que o regem. Nele se confrontam observação e entendimento, realçando os limites racionais da interpretação que possamos concretizar do objeto e do real. Ao longo da narrativa, numerosas serão as referências a elementos da natureza e da vivência humanas, pois que um património histórico e cultural emerge sempre de um espaço geográfico em particular, da vontade e necessidade que dele ressalta, assim como do modo de ser e estar da sua população. Os elementos recolhidos, consentem-nos o delinear de uma explanação que elucida os recursos obtidos ao longo da viagem. Continuámos essa jornada apoiadas na vontade inerente ao intencional ato do viajar. Contudo, para nós, uma viagem não se inicia sem preparação, sem a resolução que desponta

da vontade dos caminhantes e do ato específico de caminhar. Nessa senda, raia a presença constante dos habitantes da Beira e, sobretudo, dos íncolas que nos presentearam com este lugar.

1.1. A Região de Gouveia - Dimensão geográfica e territorial

Desenhar a história de uma pequena localidade do interior do país, com particularidades tão interessantes como o são as das povoações de todo o concelho de Gouveia, revela-se uma tarefa, à partida, desafiante. Rapidamente percebemos da sua importância geoestratégica e da sua riqueza patrimonial. Percebemos ainda que muito beneficiamos se, para além do observar e indagar da paisagem nas suas diversas componentes, analisando os abundantes elementos do espaço geográfico da sua envolvência, consultarmos o conjunto dos escritos e referências históricas sobre a região, no que concerne a sua ocupação, mas também o conjunto das atividades decorrentes da presença humana na região. A localização na região de alguns achados arqueológicos de relevo, como sepulturas antropomórficas, várias pontas de seta de sílex e de quartzo, contas, um vaso de argila, diversos fragmentos cerâmicos, ossos humanos, a Pedra de Orca, uma anta datada da época neolítica, permite-nos identificar vestígios da permanência e atividade humanas na região, desde tempos bastante remotos. A constatação da existência de uma ponte com características que podemos identificar como romanas, bem como o conjunto de vias de comunicação que sabemos existirem na região desde a mesma época, permitindo não só a deslocação humana, mas também aquela de animais aquando dos movimentos de transumância entre regiões que agora percebemos pertenceram a Portugal e Espanha, releva, identicamente, a presença do homem na região, bem como de um conjunto de civilizações, que identificamos como das mais relevantes a nível político, mas também científico, cultural, artístico e social[3].

Os traçados das vias que pululam pela região das Beiras revelam-nos também caminhos de peregrinação a nível religioso. As vias romanas serviram de base ao delinear de um conjunto de caminhos de peregrinação religiosa. Para além daqueles definidos por Mantas (2014), referimos aqueles do Caminho Português de Santiago que integra cinco itinerários diferentes de peregrinação. No caso particular da região das Beiras, encontramos o Portugal Via Nascente que, partindo de Tavira, atravessa o

3 Todos estes factos colocam mais uma vez em evidência, a importância desta região no que concerne a fixação e permanência do homem desde tempos muito remotos.

país de sul a norte, da região de Tavira até à de Trancoso. Com uma extensão de 645 quilómetros é utilizado desde épocas muito remotas[4].

Desde sempre que a localização de núcleos habitacionais se encontra relacionada com a presença de recursos hídricos e de boas vias de comunicação. Na região das Beiras encontramos as Villas de Monte Aljão e Riscado que se encontram, segundo Catarina Tente (2010), consideravelmente enquadradas no cruzamento das vias principais que, originárias da civitas de Viseu, atravessariam a região da Serra da Estrela. No que concerne a região do Monte Aljão, um espaço aplanado que se encontra circundado pelo rio Mondego a Norte, a aldeia de Arcozelo a Este, a ribeira de Rio Torto a Oeste e a atual Estrada da Beira (EN17) a Sul, verificamos que possui legado bastante rico a nível arqueológico. Durante as sondagens arqueológicas que foram realizadas de emergência após terem sido detetados diversos vestígios arqueológicos de inegável interesse histórico, verificou-se da importância e antiguidade deste lugar. De acordo com Catarina Tente: «Ainda nos anos 80, na sequência de destruições ocorridas após a surriba do terreno, foi realizada pelos Serviços Regionais de Arqueologia do Centro uma escavação de emergência no sítio arqueológico do Aljão, localizado no actual concelho de Gouveia. A intervenção permitiu averiguar o grau de destruição dos vestígios postos a descoberto. A passagem da máquina [aquando de uma preparação do terreno para proceder a um cultivo agrícola], teria posto a descoberto, para além de inúmeros fragmentos cerâmicos, muros e uma sepultura. Apesar da área intervencionada ter abarcado apenas cerca de 45m2, foram identificados cinco níveis de ocupação»[5].

Após uma ocupação romana, o sítio poderá ter sofrido uma regressão em termos do espaço habitado, tendo algumas das construções sido abandonadas. Consequentemente, parte do espaço é então ocupado por uma necrópole que se situaria nas imediações das casas pertencentes a esta *villa* medieval. A construção de um novo edifício que circunda algumas das sepulturas pode não significar o abandono da

4 Os outros quatro são o Caminho Português Interior de Santiago (CPIS). Percorrendo 205 quilómetros de Viseu até Chaves em território de Portugal continental, e 180 desde a fronteira com a Galiza (Vilarelho da Raia) até Santiago de Compostela, utiliza a chamada Via da Prata. O Caminho Central Português passa por Lisboa, Coimbra e o Porto, sendo o caminho mais percorrido no país. O Caminho de Torres de Villaroel, homenageando o escritor Diego de Torres Villaroel, possui 600 quilómetros e é um dos mais longos. O Caminho Português da Costa percorre 149,5 quilómetros desde o Porto até Valença. Em 2022 é inaugurado O Caminho Marítimo de Santiago em Portugal. «O projeto "Caminho Marítimo de Santiago em Portugal" pretende recriar, na costa portuguesa, a viagem da "Barca de Pedra" que, segundo reza a lenda, no ano 40 do primeiro milénio transportou o corpo do Santo peregrino desde Jaffa na Palestina até Campus Stella na Galiza» (Caminho Marítimo de Santiago em Portugal, 2022, s.p.).

5 TENTE, Catarina, «Comunidades medievais cristãs do Alto Mondego: projecto de estudo das estratégias de ocupação do território», Promontoria Ano 5 (5), 2007a, p.6.

necrópole, mas antes a construção de um edifício religioso que as integra e dá a este espaço uma outra dimensão religiosa. A existência de uma capela dedicada à Senhora dos Verdes a escassos metros pode dar alguma consistência a esta hipótese, já que a actual capela se localiza longe de qualquer uma das povoações circundantes, mas junto da estrada que liga Mangualde (Azurara) a Gouveia[6]. Os factos permitem-nos colocar a presença humana na região da Capela da Senhora dos Verdes desde épocas bastante antigas. A Senhora dos Verdes é, segundo informação contida junto da sua capela, advogada dos frutos e das sementeiras, recursos de revelo para a região. Trata-se de um dos locais de culto mariano de maior religiosidade de todo o concelho.

O facto de se notarem a edificação de várias vias de comunicação que, do ponto de vista político e religioso são essenciais, mas que também do ponto de vista sociocultural, são relevantes, faz com que a importância da região do Alto Mondego, das Beiras, e da raia em particular, contribuam para a fixação das populações, o estabelecimento de comercio e serviços e, mais cedo ou mais tarde, favoreçam a formação de uma identidade regional, deveras relevante. Neste contexto, emerge a importância da povoação de Rio Torto, no concelho de Gouveia, nesta região das Beiras.

1.2. A Região de Gouveia - Dimensão social e económica

Atravessada pela Ribeira de Gouveia, a cidade é, em 1887, uma das povoações mais encantadoras da Beira Baixa. Fixada numa zona do território de clima rigoroso no Inverno, mas suave a muito quente no Verão, a cidade, e a região onde se insere, possuem condições magníficas para a produção agrícola e a pastorícia, atividades basilares à subsistência dos povos desta região e do Parque Natural da Serra da Estrela, em particular. Gouveia progride, desenvolvendo-se no território das Beiras, desde a sua constituição. Sofre, todavia, da precaridade dos meios e vias de comunicação e, conclusivamente, de uma desertificação consequente, também ela, dos fluxos migratórios que se verificaram ao longo dos séculos. As fracas condições económicas existentes no país, conjun-

6 TENTE, Catarina, «A Ocupação Alto-Medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela». Trabalhos de Arqueologia, 47, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007b, p. 21. Os achados encontrados revelam pormenores que atestam a presença do homem tanto na época romana como já na Idade Média. Contemplam o achado de várias sepulturas que estão orientadas de Este para Oeste. «Esta escavação de emergência permitiu identificar diversas ocupações. À primeira, de época romana, sobrepôs-se uma ocupação medieval que corresponde ao nível da necrópole de inumação. Após o abandono desta, foi construída outra estrutura por cima da necrópole, também ela de cronologia medieva. Foi possível identificar sete sepulturas, sendo cinco destas escavadas no granito alterado» (TENTE, Catarina, «A Ocupação Alto-Medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela». Trabalhos de Arqueologia, 47, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007b, p. 47).

tamente com o processo histórico de expansão do continente europeu, conduziram à ocupação de áreas geograficamente distantes do país e, consequentemente, à progressiva desertificação de algumas regiões de Portugal continental. A região das Beiras sofreu com estes movimentos migratórios, os quais levaram muitos dos seus habitantes às regiões de Africa, da Ásia e do Continente Sul-Americano.

Se no final do século XIX, diferentes potências europeias, nomeadamente Portugal, reivindicam, e assumem, a ocupação de grandes zonas do mundo, sobretudo na Ásia e em África, percebemos que, em simultâneo aos interesses económicos e políticos que apoiaram esta atuação, os colonizadores pretendem concretizar uma missão de expansão e melhoramento das condições de vida dos povos dos territórios ocupados, de modo a elevar as suas condições de vida a nível económico, social e cultural. Contendo, como não pode deixar de ser, aspetos positivos e negativos, a ação colonizadora potenciou a criação e o desenvolvimento das regiões ocupadas. A ação perpetrada passou pela criação de melhores e mais eficazes meios de comunicação, produção, transformação e escoamento dos bens produzidos, dos quais a rede de estradas, a ferrovia, os portos de embarque e desembarque de pessoas e bens, as grandes explorações agrícolas e as diversas indústrias de transformação de produtos a essa produção associados, são exemplo. O desenvolvimento científico e tecnológico concretizado até então a nível europeu e mundial, assim como, modos mais inovadores de planeamento urbanístico e industrial, são implementados um pouco por todo o Império sendo que, o domínio exercido pelos povos colonizadores vai ser progressivamente contestado pelos povos colonizados, sobretudo os africanos, conduzindo ao eclodir da Guerra Colonial, à reaquisição dos domínios político e administrativo dos territórios ocupados, e ao consequente retornar de muitos dos colonos ao continente europeu e ao seu país de origem. A presença de Portugueses em África, nomeadamente em Angola, Moçambique e no antigo Congo-Belga é significativa, tanto em número de indivíduos como em ações perpetradas. Todavia, nem tudo o que foi planeado se concretizou. Alguns dos projetos mais arrojados, concebidos no sentido de cativar os nacionais para uma deslocação para terras de Africa, nomeadamente em Angola, não foram implementados. No entanto, a sua dimensão e rigor, denotam a importância que todo o processo de colonização detinha para o Estado e o poder político à época.

Se nas primeiras vagas migratórias a população portuguesa procura melhores condições de sobrevivência além-mar, ao longo do século XX mudam progressivamente a direção das suas escolhas, verificando-se uma preferência por países europeus. Ao

longo dos anos 60 e início dos anos 70, muitos portugueses saíram do nosso país à procura de melhores condições de vida e de trabalho, mas não só, pois que, muitos deles fugiam à guerra colonial e aos constrangimentos impostos pelo regime político vigente à época. Entre os anos 50 e 70, cerca de um milhão de portugueses instalam-se em França, dispostos a trabalhar em tudo o que lhes fosse possível. As causas da emigração portuguesa são várias, das quais salientamos, por se aplicar não só à região das Beiras, como um pouco por todo o país, o atraso económico e os baixos salários praticados, o regime político ditatorial em vigor em Portugal, o início da Guerra Colonial e a consequente vaga de recrutamento da população masculina mais jovem, o que levou a que muitos procurassem fugir ao serviço militar imposto, e ao consequente recrutamento para integrar as fileiras do exército português. Acrescia a tudo isto, a insuficiência de recursos e o baixo nível de vida e de formação da população. Simultaneamente, os relatos de sucesso de muitos emigrantes, constituía um incentivo à emigração. Atualmente o concelho de Gouveia encontra-se ainda marcado por fatores que se prendem com a robusta emigração que se verificou na região ao longo de todo o século XX, principalmente aquela que se produziu em direção à Europa. Contribuindo, por um lado, para o seu desenvolvimento económico, por outro, conduziu ao envelhecimento da sua população. Ainda assim a emigração foi, e continua a ser, e desde finais do século XIX, o destino de muitos dos seus habitantes.

1.3. Região de Gouveia – Dimensão política e cultural

O património histórico e cultural de uma região é constituído por tudo aquilo que a sociedade produz e alcança do ponto de vista material e imaterial. De acordo com as suas características, mas também genuinidade, torna-se, em função da capacidade em o preservar e promover, importante não só para a comunidade onde emerge como, nalguns casos, para toda a humanidade. Identificamos neste conjunto dois tipos de património histórico e cultural: o material e o imaterial. O património material engloba o conjunto de bens físicos que compõem um determinado património. Trata-se do conjunto de obras, estruturas, espaços e elementos de uma qualquer natureza, cujo valor histórico, cultural e social faz da sua preservação e valorização, um fator de interesse não só local, mas também nacional e global. Nesse conjunto, podemos englobar elementos, móveis ou imóveis, como sejam pinturas, livros, arquivos e documentos históricos, acervos fotográficos, cinematográficos e outros acervos museológicos, núcleos urbanos, cidades, vilas e aldeias, prédios e constru-

ções históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos, parques naturais e monumentos, entre outros. O património imaterial congrega o conjunto de elementos que contribuem para a formação cultural de um país, mas que não são físicos. Nessa categoria reúnem-se todos os elementos característicos e ritualísticos das festas e festividades de cariz popular, os idiomas e dialetos de um país ou região, os festivais e ritos de cariz religioso, bem como os elementos que podemos recolher relativos à sua gastronomia e ao seu artesanato local. Deste modo, e dado a caracterização do espaço geográfico, histórico e cultural da região de Rio Torto, fácil se torna encontrar todo um conjunto de elementos concernentes o seu património, seja ele, material ou imaterial.

2. Legados e luminâncias de Rio Torto

2.1. Elementos da presença judaico-cristã na região

Em muitas localidades portuguesas, sobretudo da região da raia, encontramos elementos que indicam a presença de Judeus nestes territórios, nomeadamente na região da Beira Interior. No total, são oito as judiarias que encontramos nesta região: três no distrito de Castelo Branco e cinco no distrito da Guarda. São elas: Castelo Branco, Penamacor, Fornos de Algodres, Guarda, Trancoso, Sabugal, Vila Nova de Foz Côa e Belmonte. Esta última, Belmonte, encontra-se viva e ativa desde longa data neste território. Fruto da sua presença, encontramos um conjunto de elementos que narram a sua história enquanto comunidade, mas também aqueles que nos indicam uma conversão, quantas vezes forçada, à religião predominante em Portugal, a religião Católica Apostólica Romana. Assim sendo, um passeio por qualquer uma destas localidades, permite-nos usufruir de um conjunto de conteúdos relativos à sua cultura e modos de ser e estar na vida. Para além das características arquitetónicas que se destacam no edificado dos seus bairros habitacionais, nelas sobressaem, um pouco por todo o edificado, um conjunto de símbolos e inscrições que denotam, quando não confirmam, a sua presença no território. Neste contexto, impera a simbologia cruciforme, fazendo-se acompanhar, por vezes, de datas e anagramas que merecem referência especial pelo seu valor patrimonial, cultural, social e estético. Sabe-se que muitas destas cidades e vilas, à semelhança de outras regiões do país, acolheram comunidades judaicas de relevo desde a Idade Média.

Estabelecida a Santa Inquisição no século XVI, iniciaram-se as perseguições sistemáticas à comunidade Judaica um pouco por todo o país, visando libertar o país dos Judeus, das suas crenças e práticas. Foi no contexto destas perseguições que os praticantes da Lei Velha foram forçados à conversão ou à fuga. Aos que se converteram é atribuída a designação

de Cristãos-novos, os quais, para demonstrar a sua adesão ao novo credo, o Cristianismo, marcam nas ombreiras das suas casas símbolos religiosos ligados à sua nova religião, como são aqueles de natureza cruciforme. Outros, recusando-se à conversão, optaram pela fuga, abandonando as suas casas e o país. Ocupadas as suas casas que foram por famílias cristãs, foram também elas marcadas com símbolos cruciformes, de modo a serem purificadas e sacralizadas, ficando limpas de qualquer forma de sacrilégio[7]. No conjunto dos símbolos encontramos ainda a presença de rasgos longitudinais e a marca da *Mezuzah*[8].

A cruz constitui um símbolo religioso de grande poder e significado. Em Rio Torto encontramos facilmente a representação deste símbolo nas ombreiras das portas de muitas das casas mais antigas da povoação. Uma das casas onde reconhecemos a presença deste símbolo data do ano de 1678, sendo uma das mais antigas da povoação. Se o uso desta simbologia se revela uma característica em imóveis datados desde a época medieval, identifica-se o uso de cruzes gravadas em ombreiras das portas em edifícios cuja traça arquitetónica nos remete para os séculos XVI, XVII, XVIII, e, algumas vezes, o século XIX. Neste contexto, pensa-se que a gravação da cruz pode ser entendida como ato de sacralização de um espaço tido como herético, em consequência de uma ocupação anterior. Pode também ser interpretada como resultado da vontade, ou da necessidade, de mostrar objetivamente a adesão a um credo religioso específico, neste caso a religião cristã. Podemos ainda constatar que os imóveis pertencentes a famílias judaicas possuem geralmente uma planta de base trapezoidal onde impera a sobriedade, a robustez, a escala modesta, o recorte das portas e janelas por molduras retilíneas, bem como o predomínio das paredes em prol dos vãos, entre os quais, não existe relação. São na maioria dos casos construídas com um ou dois pisos, em alvenaria de granito e vãos assimétricos. No seu interior as divisões distribuem-se de modo a que os espaços de habitação se encontrem no piso superior sendo que os destinados à prática de uma atividade dirigida à subsistência da família, comercial ou empresarial, se encontram ao nível do rés-do-chão. A maioria das casas possui ainda portas com ombreiras e tosas biseladas de configuração retilínea. Os vãos das janelas são de pequena ou média dimensão, e apresentam, na maioria das vezes, elementos ornamentais diferentes e irregulares, sem repetição e alinhamentos, na sua distribuição ao longo da fachada, pois que a perfeição não se mostra neste mundo, pertencendo unicamente a Deus[9].

---

7 A Idade Moderna foi um período de exacerbação da fé católica, o que poderá ter conduzido os crentes a exteriorizar a sua fé através da gravação da cruz, entendida aqui como expressão da crença no Deus único e no Cristo crucificado.

8 A *Mezuzah* revela, exclusivamente, a realização de uma prática religiosa hebraico-judaica, cumprindo a obrigação religiosa de marcar nas portas e portões das casas o testemunho simbólico da adesão à religião judaica.

9 Os elementos arquitetónicos que demonstram a presença judaica em Rio Torto são numerosos. Encontramos ainda uma inscrição num lintel de uma das casas de Rio Torto situada na rua José Pinto da Silva Balsa, n.º 71, com uma inscrição onde percebemos a escrita do sobrenome Antunes. Consultando os Arquivos da Inquisição identificamos um conjunto de nomes e apelidos decorrentes da presença de Judeus e Novos-Cristãos em território nacional. Aquando a

2.2 – Património Histórico e cultural

No que concerne o seu edificado, Rio Torto possui um conjunto elevado de elementos de interesse histórico e arquitetónico, dizendo não só da sua importância enquanto local de residência no espaço geográfico de um dos sopés da Serra da Estrela, como das condições socioeconómicas dos seus habitantes. Percebemos num vislumbre deste edificado que: «No núcleo antigo prevalece a habitação unifamiliar em banda, com um a dois pisos, implantada à face da via e que tende a ocupar a totalidade do lote ou a possuir um logradouro de pequena dimensão. Nas áreas de expansão urbana mais recente a construção tende a ser isolada, do tipo unifamiliar, apresentando, também, uma volumetria de um a dois pisos e, geralmente, rodeada por pequenos jardins ou hortas de dimensão razoável» (V.V. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Rio Torto – Memória Descritiva e Justificativa, Território XXI, Município de Gouveia, 2018, p. 14). Simultaneamente, «A malha urbana do núcleo antigo da ARU de Rio Torto é constituída sobretudo por eixos de dimensão reduzida, na sua maioria sem passeios, associados a outros eixos secundários e espaços intersticiais (travessas, becos e pátios), em muitos casos, de acesso quase exclusivamente pedonal. No restante território, de génese mais recente, os eixos urbanos tendem a ter um perfil de maior dimensão, apresentando alguns troços com passeios pedonais, embora nem sempre de dimensão adequada, ou libertos de barreiras à mobilidade. No aglomerado de Rio Torto é também visível uma rede de pequenos largos mais ou menos formais, com características diferenciadas, em alguns dos casos ajardinados, que cumprem diversas funções (estadia, lazer, ponto de encontro, etc.) e que constituem, no núcleo antigo, espaços de desafogo malha urbana mais densa» (V.V. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Rio Torto – Memória Descritiva e Justificativa, Território XXI, Município de Gouveia, 2018, p.15).

Património Material

Do conjunto do seu património material, relevamos a Pedra de Orca, um monumento funerário pré-histórico, um dólmen que, pelas suas características, testemunha a presença humana na região em tempos muito recuados, e a Ponte Medieval construída sobre as bases de uma Ponte Romana, denunciando, mais uma vez, que a população há muito que

perseguição encetada pela Inquisição a este povo numerosos registos foram realizados de indivíduos conotados com crimes de judaísmo. Anita Novinsky, conceituada investigadora sobre o tema, encontrou quase mil e novecentos registos de sobrenomes de Cristãos-Novos detidos, só no século XVIII, no chamado «Livro dos Culpados». Neste Livro está registado o sobrenome Antunes. O facto não quer dizer que todas as famílias Antunes fossem marranas pois que, sob tortura, muitos diziam o que os inquisidores pretendiam ouvir de modo a conseguir a sua libertação. Contudo fica a informação.

se fixa por estas bandas. A existência de outros elementos arquitetónicos que denunciam a presença de populações de origens e crenças diferentes, como sejam as inscrições de origem judaica existentes no lintel de uma das portas de entrada de uma das residência, situada na rua José Pinto da Silva Balsa, n.º 23, denunciam a capacidade de acolhimento por parte das suas gentes, a povos e culturas diferentes, em tempos em que muitos deles foram alvo de perseguição por parte da Inquisição e da Igreja Católica Apostólica Romana. Entre o restante património edificado não podemos deixar de mencionar as Fonte de Chafurdo na rua com o mesmo nome, e na Rua Nova, o Coreto, a Casa Típica de Rio Torto, duas residências particulares, a casa do 1.º Visconde de Rio Torto e a Casa da Capela – Solar da família Moura Portugal, bem como a Antiga Capela de Rio Torto, a Capela de Nossa Senhora do Carmo, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, a Capela de Nossa Senhora dos Verdes e a Nova Igreja Paroquial de Rio Torto, uma Igreja construída em louvor do seu Patrono, S. Domingos.

Património Imaterial

Segundo o expresso na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, datada de 2003, o património cultural imaterial de uma região e lugar, inclui as tradições ou expressões vivas herdadas dos nossos antepassados e transmitidas aos nossos descendentes, tais como tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; artes do espetáculo; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo; assim como todo um conjunto de aptidões ligadas ao artesanato tradicional. Entende-se, neste contexto, «Salvaguardar», a adoção de medidas destinadas a assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, ações que se realizam essencialmente através da educação formal e não formal, bem como da revitalização dos diferentes aspetos desse mesmo património[10]. Portugal ratifica esta convenção no ano de 2008, data depois da qual diversas ações de valorização e salvaguarda do nosso património decorrem de modo a que o mesmo não se extinga.

3. Bandas de Música do concelho de Gouveia

Para além de serem consideradas importantes centros de aprendizagem musical nos locais

10 Unesco, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Paris, 17 de Outubro de 2003. É em ações de identificação e valorização desse património que se insere o trabalho ora realizado.

onde se radicam, as bandas de música, ou filarmónicas, são, muitas vezes, instituições seculares, consideradas por muitos como escolas de vida, formando músicos e profissionais de valor, tanto no campo da música, como em outras áreas, facultando-lhes as ferramentas sociais e comportamentais, que regem um homem de bem. Se numa primeira fase estas instituições, e as suas bandas, se formam por vontade própria, de forma livre, mas consequente, diversos são os fatores que, alheios à sua vontade, podem contribuir para a sua extinção. A sua vitalidade e resiliência, denunciadora da capacidade de resistir e do valor de todos os seus integrantes, da sua força, coragem e valentia, resultam na permanência no ativo de muitas destas formações, por mais de um século. Se nos finais do século XIX, inícios do século XX, a vontade de alguns era suficiente para fazer eclodir no seio de uma população, ações e associações de cariz cultural um pouco por todo o país, a partir da década de 30, alguns fatores menos positivos, vão desgastando a continuidade destes agrupamentos um pouco por todo o país. Ao longo da década de 1930, a criação e difusão de atividade musical produzida em outros géneros e estilos, com especificidades e valências diferentes daquela produzida por uma banda de música, com repertório considerado mais moderno e cativante pela população, desmerece a atuação destes agrupamentos, um pouco por todo o país. Fazemos referência aos grupos de jazz que se criavam um pouco por todo o território português, muitos deles até no seio das bandas de música, integrando alguns dos seus mais capacitados e valorosos músicos e intérpretes. A necessidade de abrilhantar as festas populares e os bailes era um facto. Estes grupos chamavam mais público e, por conseguinte, era obtida maior receita para aqueles que os organizavam. Além disso, estes agrupamentos, com efetivos bem menos numerosos que uma banda, tornavam-se mais apelativos à contratação. O seu repertório, diferenciado daquele realizado por uma banda de música, era também ele, e à época, bem mais apelativo aos jovens.

Mais tarde, o início da década de 1950, coincide com o corporativismo das associações culturais encetada pelo regime do Estado Novo e a aplicação dos Terceiros Estatutos da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). Este facto coloca um fim ao modelo de organização mais liberal que regulava o modo de funcionamento destas associações, levando a que muitas se extinguissem, e outras tivessem que reformular os seus estatutos de modo a sobreviver ao embate[11]. Acresce a todos estes factos, a crescente falta de interesse por parte de muitos jovens pelas atividades promovidas no âmbito das bandas e sociedades filar-

11 A partir deste momento as bandas de música passam a ser reguladas pelo modelo corporativista da FNAT. Esta supremacia veio prejudicar o trabalho promovido pela Federação das Sociedades de Educação e Recreio, instituição que desde o ano de 1924 regulamentava tais associações. Neste contexto, e porque não só esta mudança estatutária, mas também as diversas crises económicas e sociais que afetaram significativamente toda a população, torna o trabalho, a permanência e resiliência de todas estas bandas que encontramos um pouco por todo o país, e no concelho de Gouveia em particular, ainda mais importante e meritório, sendo necessário o seu enaltecimento.

mónicas, bem como uma vigilância pouco discreta encetada pelo Estado sobre as pessoas, coletividades e os seus agrupamentos, promovendo um afastamento das pessoas de modo a não serem importunadas pelo regime e as formas de repressão por ele encetadas. Outro dos fatores que contribuiu para a implementação de uma crise ao nível das filarmónicas, foi a alteração do sistema de afinação de 452 Hz (afinação «brilhante») para 440 Hz (afinação «normal») em 1953. Este fato requer a aquisição de novos instrumentos por parte de todas as bandas filarmónicas, o que criou dificuldades impossíveis de suprir para muitas das instituições e associações. Por último, os constrangimentos demográficos da década de 1960, provenientes de uma emigração massiva para outros países da Europa, e uma fuga ao iminente recrutamento e destacamento para integrar as fileiras do exército português destacado para a Guerra Colonial, contribuiu negativamente para o desenvolvimento e permanência da atividade musical em contexto de banda filarmónica.

No que ao conjunto de bandas filarmónicas do concelho de Gouveia diz respeito, verificamos a existência contínua de seis bandas de música desde finais do século XIX. São elas, por ordem de antiguidade, a Banda Filarmónica de Vila Nova de Tazem (Vila Nova de Tazem; fundada em 1863), a Filarmónica Gratidão Riotortense (Rio Torto; fundada em 1875), a Sociedade Recreativa e Musical de Moimenta da Serra - Filarmónica Moimentense (Moimenta da Serra; fundada em 1879), a Filarmónica Amizade de Arcozelo da Serra (Arcozelo da Serra; fundada em 1880), a Sociedade Musical Gouveense «Pedro Amaral Botto Machado» (Gouveia; fundada em 1911), e a Sociedade de Instrução e Recreio de Paços da Serra (Paços da Serra; fundada em 1922).

3.1. Banda Filarmónica de Vila Nova de Tazem

A Banda Filarmónica de Vila Nova de Tazem iniciou a sua atividade em 1863, contemplando, em 2023, 160 anos de existência. De modo a poder sobreviver do ponto de vista financeiro, recebe diversos subsídios, tanto de entidades públicas como privadas, possuindo ainda um sistema de pagamento de quotas por parte de todos os seus associados. Desfrutando nas suas instalações da existência de uma Escola de Música, contribui para a formação musical, não só dos músicos que integram a banda, como de todos os jovens da localidade que queiram aprender esta arte. A formação de aprendizes, para que, cedo ou tarde, integrem as fileiras desta filarmónica, torna possível à banda manter a sua atividade ao longo de todos estes anos. Usufruindo de sede própria com diversas valências, de entre elas, sala de ensaio, sala de direção, arquivo, possui ainda instrumental e fardamento próprios, sendo inúmeras as iniciativas culturais em que participa, entre concertos, festas e festividades vá-

rias, arruadas, festivais de música, concursos, etc. Na pessoa de alguns dos seus intérpretes, a banda tem conquistado diversos prémios, tanto individual, como coletivamente.

3.2. Sociedade Recreativa e Musical de Moimenta da Serra - Filarmónica Moimentense

A Sociedade Recreativa e Musical de Moimenta da Serra, mais conhecida por Filarmónica Moimentense foi fundada, por António Augusto Lopes da Costa, decorria o ano de 1879. Tem por isso mais de 140 anos. Era seu objetivo, enquanto empresário local da Indústria Têxtil, contribuir para a útil ocupação dos tempos livres dos operários da sua unidade fabril. De modo a favorecer o desenrolar das suas atividades, dota a banda de sede própria, com salão de ensaio e teatro, adquirindo ainda o seu instrumental e fardamento. De modo a que o grupo tivesse um maestro e instrutor de música, procedeu à contratação de um regente, concedendo ainda um subsídio de funcionamento, de modo a que a banda não se extinguisse.

3.3. Filarmónica Amizade de Arcozelo da Serra

Decorria o ano de 1880, e o dia 27 de setembro, quando um conjunto de jovens de Arcozelo da Serra promove a criação de um pequeno, mas ativo agrupamento musical, onde investiram quatro libras, quantia que para a época consistia numa pequena fortuna, criando as condições de funcionamento necessárias à atividade. A vontade de fundar a sua banda era tanta, que se responsabilizaram pelo pagamento de 12 mil réis mensais ao primeiro Mestre contratado, o Sr. António Caetano de Assunção. Definiram-lhe como obrigações reger e ensinar os filarmónicos, doando ainda a quantia de 240 réis por semana para despesas ordinárias. Foi neste contexto que surgiu a Filarmónica Amizade de Arcozelo da Serra, que se tem mantido até aos dias de hoje sem qualquer interrupção na sua atividade musical (Mpart música participada, 2020).

3.4. Sociedade Musical Gouveense «Pedro Amaral Botto Machado»

A Sociedade Musical Gouveense «Pedro Amaral Botto Machado» surge no rescaldo da implantação da República em Portugal. No dia 5 de Outubro de 1911, quando se festejava o primeiro Aniversário da implantação da República em Portugal, alguns filarmónicos de uma banda já existente, a Sociedade Euterpe na altura denominada Banda dos Bombeiros, manifestaram vontade de celebrar a data tocando o «Hino Nacional» pelas ruas da localida-

de. A ação não foi autorizada pelo regente, facto que criou grande alarido. Não conseguindo desta forma os seus intentos, incorporaram-se no cortejo que percorria as principais ruas da vila, executando, à rebeldia, «A Portuguesa»[12]. Pedro Amaral Botto Machado, republicano e grande benemérito de Gouveia, tendo conhecimento do que se tinha passado, dirigiu-se aos músicos, felicitou-os e sabendo que eles tinham pensado formar uma banda, convidou-os a continuar. Foi assim fundada a Sociedade Musical Gouveense, que coexistiu durante muitos anos, com a Sociedade Euterpe, sendo sempre notória a rivalidade entre as duas filarmónicas.

3.5. Sociedade de Instrução e Recreio de Paços da Serra

A Sociedade de Instrução e Recreio de Paços da Serra ergue-se da vontade de fazer música por parte de um grupo de Pacenses no início do século XX. Inauguram a sua atividade, fazendo a sua primeira atuação pública no dia 1 de Janeiro de 1922. Era seu maestro José Correia de Matos. A Sociedade de Instrução e Recreio de Paços das Serra mantém-se em funcionamento regular desde então, contribuindo para a formação musical dos jovens da região, através da sua escola de música.

3.6. Filarmónica Gratidão Riotortense

Por último falta-nos referir a Filarmónica Gratidão Riotortense, fundada em 1875. A criação da Filarmónica Gratidão Riotortense decorre da vontade de um conjunto de músicos da terra secundados pelo apoio de um dos mais ilustres filhos da terra, o Senhor Joaquim Martins da Cunha, 1.º Visconde de Rio Torto, identificada que foi uma necessidade por parte dos habitantes da povoação. Joaquim Martins da Cunha (1850 - 1919), 1.º Barão de Rio Torto e 1.º Visconde de Rio Torto, foi um destacado empresário agrícola e político português. Filho de José Martins da Cunha e de sua mulher Maria Antónia de Almeida, Joaquim Martins da Cunha, depois de atingir a maioridade, parte para África, recebendo por herança algumas propriedades que impulsionou e desenvolveu com o seu trabalho e inteligência ímpares. Fruto do seu esforço, torna-se um abastado proprietário agrícola, não só em Portugal como, e sobretudo, em Angola, contribuindo para o engrandecimento eco-

12 «A Portuguesa», hoje um dos símbolos nacionais de Portugal, nasceu como canção de cariz patriótico em resposta ao ultimato britânico que defendia o abandono das posições portuguesas em África no território compreendido entre as colónias de Moçambique e Angola, incluídos no denominado «Mapa cor-de-rosa». Tornando-se o Hino Nacional de Portugal decorria o ano de 1911, a sua letra é da autoria de Henrique Lopes de Mendonça, e a sua música, composta em 1890, da autoria de Alfredo Keil.

nómico, social e cultural da povoação de Rio Torto[13].

Gerir pessoas, é hoje uma questão difícil, mas necessária, sendo que qualquer coletividade, possui, de modo a poder concretizar a sua atuação, alcançando os objetivos a que se propõe e que se encontram lavrados nos seus Estatutos, de um corpo diretivo democraticamente eleito. No caso das associações e coletividades de cariz social, desportivo, cultural e cívico, a sua ação depende muitas vezes de um trabalho voluntário realizado não só pelos seus dirigentes, como por todos aqueles que as fazem progredir e desabrochar. No caso de uma Banda Filarmónica, a tarefa possui, no nosso entender, um grau de dificuldade maior, pois os objetivos a alcançar dependem quase exclusivamente dos elementos que integram o conjunto dos seus músicos e do seu maestro, sendo por isso, dependentes de um fator humano e social muito elevado. A motivação dos seus órgãos diretivos, se não transparecer para os outros elementos e sócios, de nada vale. Os apoios financeiros se não forem procurados e devidamente investidos, perdem-se, não chegando, enquanto recurso, às suas bases de modo a incentivar a participação de todos. Simultaneamente, se não forem criados um conjunto de condições dignas de trabalho, por mais motivados que todos estejam, essa força tende a esmorecer com o tempo. No caso da Filarmónica Gratidão Riotortense, percebemos um forte apoio dos órgãos diretivos, no que concerne o ultrapassar das diversas dificuldades que a manutenção de uma organização desta natureza exige. Paralelamente, os músicos e instrumentistas aceitam as normas do grupo no que concerne uma determinada conduta, que se revela sempre complexa, mas motivadora e desafiadora. Inúmeros aspetos individuais, tais como a emoção, a atitude, o interesse, a educação, são colocados em interação mútua e partilhada, sendo necessário uma forte atuação por parte dos órgãos diretivos e do seu maestro, de modo a que o grupo funcione em boas condições, retirando de todos o que de melhor eles podem dar ao coletivo. A aprendizagem, experiências vividas, idade e meio envolvente incutem novas e profundas aspirações, exigências e motivações, sendo necessário sempre evoluir, correspondendo aos interesses de todos e dos mais jovens em particular, sem desmerecer, contudo, aqueles dos mais velhos no que concerne o seu saber, experiência e prática.

A Filarmónica Gratidão Riotortense possui sede própria onde os elementos da banda realizam os seus ensaios e desenvolvem diversas atividades que vão permitindo a sua valorização.

13 As suas propriedades localizavam-se um pouco por toda a região das Beiras, mas também em África. Em África, e mais concretamente em Angola, para além de desenvolver significativamente as condições de habitabilidade e salubridade dos terrenos e propriedades que possuía, enaltece ainda as condições de trabalho, produção e transformação dos bens produzidos nas terras que possui. Nas ações que promove sobressai a sua conduta enquanto homem e empresário, e que se vê vertida em assinalados serviços à obra de Colonização Portuguesa, por terras desse continente africano («A Fazenda Gratidão no Dande em África» (1887). *Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 10º Anno, Volume X, n.º 290, de 11 de Janeiro de 1887, p. 11).

Importa realçar que, na grande maioria das associações, todo o trabalho organizacional é feito de forma voluntária pelos seus dirigentes. No geral, as pessoas que fazem parte dos corpos diretivos das várias organizações desportivas e culturais um pouco por todo o país, ou aqueles que executam um determinado instrumento numa qualquer banda filarmónica, fazem o seu trabalho de forma voluntária e gratuita. Neste contexto, despendem largas horas da sua vida diária e familiar, e por vezes profissional, para desempenhar uma função de vital importância à comunidade e à continuidade destas coletividades e associações culturais, instituições fulcrais para a formação e o desenvolvimento social, cultural e cívico, numa qualquer região[14].

À época da sua criação, a Filarmónica Gratidão era a única instituição musical da povoação de Rio Torto e uma das poucas associações musicais e culturais existentes em todo o concelho de Gouveia. Coexistia neste território com outras bandas, nomeadamente a Banda Filarmónica de Vila Nova de Tazem (1863), a Filarmónica Amizade de Arcozelo da Serra (1880), a Filarmónica Moimentense (1879), a Sociedade de Instrução e Recreio de Paços da Serra (1922) e a Sociedade Musical Gouveense (1911). Atualmente, a coletividade partilha o espaço do seu território com mais 1 associação: a Associação Desportiva de Rio Torto (1993)[15]. Para a População de Rio Torto, a Banda Filarmónica Gratidão Riotortense, faz parte do seu património histórico e cultural, revelando-se um ativo de grande valor para a comunidade.

Nota final

O património cultural, material ou imaterial de uma região, de uma freguesia, de um lugar, define-se como um conjunto de marcas que nos identificam, deixadas através dos tempos, conferindo identidade aos lugares. De natureza muito diversa,

14 Quer pela sua atividade própria, quer através da disponibilização de inúmeros recursos essenciais, as coletividades em geral continuam a desempenhar um papel fulcral na democratização do acesso à cultura no nosso país. São inúmeros os exemplos de instituições que, dentro e fora dos grandes centros urbanos, promovem nas suas instalações, através da realização de concertos, recitais, espetáculos vários, entre outros, uma grande parte dos elementos de cultura realizada localmente. Neste sentido, é aceitável afirmar que, uma enorme parte da cultura musical existente no país, teve origem em instituições de cariz associativo, como é o caso das Bandas Filarmónicas, e da Filarmónica Gratidão Riotortense, em particular.

15 A Freguesia possuía mais duas associações culturais: a Liga dos Amigos de Rio Torto e o Grupo de Cantares e Tradições, instituições com importante desempenho social e cultural na região e que divulgavam o património histórico e cultural da região, mas que, entretanto, encerraram a sua atividade. Quando falamos de património histórico e cultural, estamos a reportar-nos, tal como refere, Aníbal Frias, «(...) a um acto de legitimação que confere um valor artístico, histórico, cultural, ideal ou simbólico a uma construção, um objeto, uma prática ou um espaço» (FRIAS, Anibal, «Patrimonialização da Alta e da Praxe Académica de Coimbra», in: V.V., IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2000, p. 10).

como aquelas elencadas, distinguem-nos, perpetuando memórias dos lugares que necessitam ser preservadas e divulgadas pelas gerações futuras. Seja através da sua arquitetura ou vestígios arqueológicos, seja através da paisagem e dos valores naturais que detém, Rio Torto, precisa ser relevado no panorama cultural e patrimonial do território onde se insere. Para esse efeito é necessário perceber e compreender a riqueza dos elementos patrimoniais que detém, e que, por se tornarem comuns ao olhar de quem neles reside, deixam de inquietar e não lhes são dados o devido valor. O mesmo se dá com os elementos do património imaterial que nos cercam. Muitas vezes não os examinamos de modo a ressaltar o mérito que detêm. Em Rio Torto o património edificado, nas suas diversas amplitudes e valências, é, assumidamente, um elemento fulcral para o desenvolvimento do território. A sua avaliação, o seu entendimento, enquanto elemento integrante da estrutura urbana e de intervenção, a sua preservação e recuperação física, funcional e social, são dinâmicas a considerar. A região, pela sua especificidade e interioridade, demostra uma genuinidade ímpar. É, portanto, importante proteger, manter e reabilitar o património que identificamos, através da concretização de ações e atos que vertam o reconhecimento de uma memória, embora tenhamos consciência que, por vezes, esta ação não se acha somente nas mãos das entidades públicas, mas fica refém das possibilidades e vontades de entidades privadas, bem como dos seus proprietários.

Ao longo da viagem encetada, e nas experiências que a mesma nos proporcionou, Rio Torto revela-se num inexprimível combinado de emoções quando somos levados a percorrer as suas ruas, indagando o seu património e as suas gentes. Rica de inúmeros recursos materiais e imateriais, a povoação revela-nos um património histórico e cultural de inegável valor. Deste sobressai um interesse maior pelas práticas da religião, da cultura e das artes, interesse que sobressai ao longo do edificado erigido ao longo do seu espaço urbano. De modo a que este património seja salvaguardado, numerosos esforços de valorização e preservação têm sido feitos ao longo dos séculos por parte de todos os residentes na povoação e, sobretudo, por parte daqueles que à frente dos poderes públicos se mantém. Se o seu património material é importante e revelador da antiguidade e importância deste edificado, não o é de menor significado o seu património imaterial, que se consubstancia nas práticas culturais e artísticas, nas suas crenças e tradições.

Referências Bibliográficas

FRIAS, Anibal, «Patrimonialização da Alta e da Praxe Académica de Coimbra», in: V.V., IV *Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2000, pp. 1 – 15.

MANTAS, Vasco Gil, «Vias Romanas e Viagens Transfronteiriças no século XVI», *Viajes, Viajeros y Obra Pública. Extremadura entre España y Portugal*. Cacéres, Universidad de Extremadura, 2014, pp. 75-98.

TENTE, Catarina, «Comunidades medievais cristãs do Alto Mondego: projecto de estudo das estratégias de ocupação do território», *Promontoria* Ano 5 (5), 2007a, pp. 245-269.

TENTE, Catarina, «A Ocupação Alto-Medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela». *Trabalhos de Arqueologia, 47*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007b, 160p.

TENTE, Catarina, *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego: Ocupação e Exploração do Território nos Séculos V a XI*. Dissertação de Doutoramento em História com especialidade de Arqueologia, Lisboa, ed. Policopiada, 2010.

V.V. *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Rio Torto – Memória Descritiva e Justificativa*, Território XXI, Município de Gouveia, 2018.

Outras Fontes

«A Fazenda Gratidão no Dande em África» (1887). *Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 10º Anno, Volume X, nº 290, de 11 de Janeiro de 1887, p. 11. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/ocidente/1887/N290/N290_master/N290.pdf

Caminho Marítimo de Santiago em Portugal (2022) https://www.caminhomaritimodesantiago.pt/

Unesco, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Paris, 17 de Outubro de 2003. https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf